



ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL, NO CANADÁ E NA AUSTRÁLIA: OS DESAFIOS À PRÁTICA ANTROPOLÓGICA EM DIVERSOS CONTEXTOS NACIONAISⁱ

*Stephen Grant Baines
Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia*

Introdução

Este artigo examina alguns dos desafios enfrentados pela etnologia indígena (o ramo da Antropologia Social que se dedica ao estudo de povos indígenas) no Brasil, no Canadá e na Austrália, nas últimas décadas, dando ênfase às situações de contato interétnico entre povos indígenas e Estados nacionais, situações em que o antropólogo se encontra em contextos altamente politizados. Em todos os três países o protagonismo indígena fortaleceu-se desde a consolidação dos movimentos políticos indígenas a partir da década de 1970, ao mesmo tempo em que grandes empresas mineradoras, construtoras de hidrelétricas, madeireiras, agroindustriais e pecuárias cobiçam os recursos naturais em territórios indígenas.

Iniciamos uma pesquisa em etnologia comparada em 1991, dentro do projeto de pesquisa sobre “Estilos de Antropologia” coordenado pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira, examinando o estilo de etnologia indígena que se pratica na Austrália (BAINES, 1995). A partir de 1995, ampliamos a pesquisa para incluir um estudo sobre o estilo de etnologia que se faz no Canadá (BAINES, 1996). Usamos a etnologia indígena que se faz no Brasil, onde realizamos o doutorado em Antropologia, como ponto de referência nestas pesquisas em etnologia comparada. Apesar de estes três países terem histórias de colonização muito diferentes e políticas indigenistas diversas, existem muitas semelhanças nos processos globais que atualmente alcançam os povos indígenas. Ao longo do texto abordamos alguns dos desafios da participação de antropólogos em contextos de intervenção social de Estados nacionais. Desafios que têm crescido muito nas últimas três décadas, frequentemente contribuindo para o avanço e fortalecimento da etnologia indígena, tanto no Brasil quanto em outros países de colonização europeia onde os Estados se expandiram sobre os territórios tradicionaisⁱⁱ dos povos indígenas. Esta participação tem estimulado a formulação de novas questões e problemáticas na Antropologia.

As convenções internacionais, como a Convenção 169 da OIT de 1989ⁱⁱⁱ, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007^{iv}, têm destacado a necessidade de respeito e proteção às manifestações culturais das populações nativas. As legislações e políticas indigenistas em cada Estado Nacional tiveram de contemplar as demandas dos movimentos indígenas. A presença de agências internacionais de cooperação e fomento também contribuiu para fortalecer o protagonismo indígena. Os múltiplos papéis que antropólogos desempenham em programas ou organismos de governo, em organizações não governamentais, em programas de cooperação internacional ou em outros empreendimentos, colocam o antropólogo em situações novas em que enfrenta desafios e dilemas. O papel do antropólogo passou por mudanças, ou seja, este profissional deixou de agir como



intermediário dos povos indígenas frente ao governo (RAMOS, 1998) como ocorria nos anos 1960 e 1970 quando havia poucas lideranças indígenas capacitadas, para então assessorar os povos indígenas que dirigem seus próprios projetos (OLIVEIRA; IGLESIAS, 2002). Nesta última década houve um esforço por parte dos povos indígenas, em nível internacional, a profissionalizar os quadros das suas organizações e lideranças (LUCIANO, 2006). Mesmo que o papel do antropólogo em relação aos povos indígenas tenha mudado muito frente ao protagonismo indígena, existem funções importantes desempenhadas por antropólogos em organizações não governamentais de apoio aos povos indígenas, sobretudo na assessoria a projetos indígenas, como também em órgãos do governo, e em consultorias para empresas. No caso do Brasil, com a imposição de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia, como as Usinas Hidrelétricas (UHEs) Belo Monte, Balbina, Tucuruí, e outras, mineração industrial e agropecuária de grandes empresas, o antropólogo enfrenta desafios cada vez maiores ao lidar com situações de extrema complexidade em que as pressões econômicas de grandes empresas exercem uma influência forte sobre governos federais, regionais, e locais, e sobre as lideranças indígenas que são cada vez mais obrigadas a negociar diretamente com as empresas (RITTER, 2009), tendo pouco ou nenhum direito efetivo de veto sobre a implantação desses projetos desenvolvimentistas em seus territórios. Em alguns casos, como o Programa Waimiri-Atroari (BAINES, 1993) e o Programa Parakanã, da Eletronorte, e o Programa Avá-Canoeiro da Furnas (TEÓFILO DA SILVA, 2005), empresas que atuam em territórios indígenas assumem o papel do governo federal ao patrocinar programas indigenistas assistencialistas que são atrelados aos interesses das empresas, em um indigenismo empresarial que visa mitigar os impactos nefastos dessas grandes obras, fazendo parecer que os projetos desenvolvimentistas possam ser revertidos em benefícios para os povos indígenas (BAINES, 1993).

Ritter (2009) apresenta uma situação parecida na aplicação da legislação a respeito de direitos a territórios indígenas na Austrália, ao se refletir sobre o processo atual de estabelecer acordos dentro da *Native Title Act* 1993. Este autor focaliza aqueles acordos feitos entre o setor de mineração e os povos indígenas quando há recursos minerais em territórios indígenas. Ritter discute casos empíricos a partir da sua própria experiência como consultor nas negociações entre os indígenas e as empresas, e desmonta alguns dos mitos construídos em torno do conceito de *Native Title* que tendem a representá-lo como se fosse algo indígena ou alternativo. Ritter, na mesma obra, define o processo de construção de acordos entre empresas mineradoras e povos indígenas como ‘um mercado’, onde o direito de negociar os processos funciona como uma espécie de ‘shopping virtual’ em que as empresas mineradoras compram suas autorizações para realizar pesquisa e lavra de minérios dos povos indígenas que agem como comerciantes ao venderem sua anuência às empresas. O mesmo autor afirma que, em alguns casos, lideranças indígenas têm se transformado em empresários.

Examinamos alguns dos desafios enfrentados pelo antropólogo que trabalha com povos indígenas nesses três países nas últimas décadas do século XX em situações de contato interétnico. Durante os anos da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), havia um consenso de opinião entre a maioria dos antropólogos em defender os direitos indígenas contra as políticas desenvolvimentistas. A questão indígena servia como válvula de escape para dirigir críticas ao governo (RAMOS, 1998). Existia um consenso de compartilhar um compromisso com os povos indígenas em um



estilo de antropologia com povos indígenas que ressaltava o engajamento político do antropólogo e veio a caracterizar o estilo de etnologia que se faz no Brasil (PEIRANO, 1991; RAMOS, 1990).

Nos anos de 1960 e 1970, no Canadá e na Austrália, muitos antropólogos se identificaram com ideais socialistas da esquerda política e alguns se uniam ao movimento político indígena. Nas palavras de um antropólogo quebequense ao se referir à década de 70 do século XX, “Aquela foi uma espécie de idade de ouro de militância [...] quando predominava a ideia de que havia soluções fáceis para quase todos os problemas sociais” (BAINES, 1996, p. 21), e quando o movimento indígena apresentava “um discurso muito radical [...]. Esse discurso aproximava-se muito do discurso nacionalista dos quebequenses radicais” (BAINES, 1996, p. 21). Segundo o mesmo antropólogo, naquela década, era comum ver políticos nacionalistas quebequenses subir no palco junto com lideranças indígenas no Quebec para se identificarem com os indígenas em o que foi vista como sua luta comum contra o colonialismo dos canadenses anglófonos. Entretanto, as pretensões independentistas de alguns políticos quebequenses logo desiludiram a maioria das lideranças indígenas que temiam um tratamento ainda pior em um Quebec independente do que já recebiam do governo federal canadense.

Na Austrália, partidos políticos da esquerda, sobretudo o *Australian Labour Party*, apoiavam o movimento político indígena, o que conduziu ao plebiscito nacional para o reconhecimento dos direitos plenos de cidadania para os povos indígenas australianos em 1967, e o *Aboriginal Land Rights (Northern Territory) Act* de 1976, formulado no governo do Partido Trabalhista e aprovado pelo governo conservador que o sucedeu.

Após mais de 30 anos de políticas indigenistas inspiradas em ideais socialistas que enfatizaram valores anticolonialistas e defendiam a autodeterminação indígena, em que se acreditava, ingenuamente, que, devolvendo seus direitos territoriais, se poderia inverter a história do colonialismo e devolver os povos indígenas a um passado no presente em que suas sociedades iriam voltar a funcionar como se supunha que funcionassem antes das décadas de destruição cultural, dizimação populacional, deslocamentos forçados, e outras violências da história colonial, alguns antropólogos passaram a questionar essas políticas. Estes encontraram, em algumas comunidades indígenas, situações de extrema violência, taxas de suicídio muito mais altas que as taxas entre não indígenas, altos índices de alcoolismo e uso de outras substâncias, violência doméstica e sexual e acusações de desvio de verbas em administrações indígenas. Nos anos 90 do século XX, Noel Dyck (1993) apontou um dilema enfrentado por antropólogos que trabalham com povos indígenas no Canadá, em ter de escolher entre, ou se calar a respeito de aspectos trágicos dessas sociedades, que poderiam fortalecer os preconceitos racistas a respeito do ‘indígena’, e ser visto como coniventes com situações trágicas, ou expor realidades frequentemente tristes da vida cotidiana em comunidades indígenas e arriscar chamar a atenção do público a aspectos que poderiam ser usados contra os povos indígenas por seus tradicionais inimigos interessados em se apoderar dos seus territórios. Dyck (1993) argumenta pela necessidade do antropólogo enfrentar estas situações e levar em consideração as diversas respostas indígenas, dando mais voz aos indígenas em suas publicações.



Os múltiplos papéis que o antropólogo desempenha em programas ou organismos de governo, em organizações não governamentais, em programas de cooperação internacional ou em outros empreendimentos, colocam o antropólogo em situações novas em que ele enfrenta desafios, por se tratar de conjunturas em que:

“Os povos indígenas encontram-se inseridos em relações sociais desmedidamente desiguais com segmentos da sociedade nacional/global, merecendo uma atenção especial por parte de antropólogos em decorrência da sua vulnerabilidade frente a pressões econômicas e políticas de grandes empresas que têm o poder de influenciar as decisões de governos de Estados nacionais, em situações de contato interétnico altamente politizadas.” (BAINES, 2004, p. 30)

Em situações de intervenção social, o antropólogo lida com múltiplos agentes sociais, desde lideranças indígenas em nível nacional, regional, e local, operadores do direito, agentes de organizações governamentais e não-governamentais e diversos outros atores. Oliveira (1998) reflete sobre os perigos e armadilhas que podem ser colocados pela colaboração entre antropólogos e advogados, pois para o autor “nem sempre esse encontro envolvendo três elementos - a pesquisa antropológica, a ação judicial e as demandas indígenas - resultará nas mais felizes soluções para todos os três” (OLIVEIRA, 1998, p. 269). No contexto canadense, James Waldram (1993) questiona os limites do ativismo por parte de antropólogos em situações que envolvem a construção de grandes projetos hidrelétricos em territórios indígenas, assunto já discutido por Robert Paine nos anos 80 do século XX (PAINE, 1985).

As situações de intervenção social variam muito: situações em que o antropólogo age como assessor a organizações indígenas, em que trabalha para organizações governamentais e não governamentais, e para empresas mineradoras ou hidrelétricas que atuam dentro de territórios indígenas. As situações são muito complexas, como no caso de intervenções governamentais por meio da imposição de políticas indigenistas polêmicas e contraditórias que frequentemente dicotomizam as opiniões de antropólogos experientes.

A ‘Intervenção Federal’ de 2007 no Território do Norte, Austrália

Examinamos, brevemente, a interface da antropologia e o indigenismo^v, no caso de uma intervenção social sem precedentes do governo federal da Austrália no Território do Norte^{vi} (*Northern Territory* – NT) em 2007, que teve um impacto forte sobre os povos indígenas da Austrália. Trata-se de uma intervenção social governamental que dividiu as opiniões de muitos antropólogos que realizam pesquisas junto a comunidades indígenas naquele país e participam como assessores ou consultores.

A intervenção federal de 2007 veio em resposta a um relatório intitulado *Little Children are Sacred* [As Crianças Pequenas são Sagradas], produzido por uma Comissão de Inquérito sobre a Proteção de Crianças Indígenas de Abuso Sexual. Esta Comissão foi encomendada pelo governo do Território do Norte a investigar as denúncias de abuso sexual e seu relatório foi divulgado em 15 de junho de 2007.



O relatório concluiu que o abuso sexual de crianças em comunidade indígenas no NT havia chegado a níveis críticos, exigindo que fosse “considerado um assunto de significância nacional urgente tanto pelo governo do Território do Norte quanto pelo governo federal” (NORTHERN TERRITORY BOARD OF INQUIRY... 2007).

A divulgação deste relatório levou o governo federal a formular a *Northern Territory National Emergency Response* como sua resposta publicada em 21 de junho de 2007. Neste documento, o governo federal anunciou a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em comunidades indígenas no Território do Norte, impôs um controle sobre uma porcentagem dos pagamentos de previdência social para indígenas, obrigando seu uso exclusivamente para a compra de bens definidos pelo governo federal como de necessidade; deslocou um contingente adicional de policiais e operadores de saúde pública para a região; e suspendeu o sistema de autorizações para acesso a comunidades indígenas. Em 2010, James Anaya das Nações Unidas julgou esta Resposta Emergencial do governo racialmente discriminatória além de violar os direitos humanos de povos indígenas no Território do Norte. Anaya reconheceu a necessidade de tomar medidas de emergência, mas afirmou que medidas como a proibição de acesso ao álcool e à pornografia e a imposição de um controle sobre os pagamentos de previdência social para assegurar a compra de bens de necessidade representavam uma restrição em autonomia individual.

A Intervenção Federal de 2007 conduziu a uma divisão de opiniões entre antropólogos que trabalham com povos indígenas na Austrália: por um lado, aqueles que defenderam uma intervenção governamental na justificativa que em situações críticas de violência nas comunidades indígenas o governo não pode se omitir e, por outro lado, os que defenderam que a autonomia política indígena deve prevalecer, a partir de argumentos baseados no respeito a direitos humanos. Entre os dois extremos, alguns antropólogos na Austrália procuraram tomar um meio termo, defendendo alguns tipos de intervenção governamental em casos específicos, mas não da maneira que aconteceu a Intervenção Federal de 2007.

A referida Intervenção foi percebida por muitos antropólogos e lideranças indígenas como um forte retrocesso aos avanços do movimento indígena naquele país. Desde o crescimento do movimento político indígena tanto no Brasil como na Austrália e no Canadá a partir dos anos 1970 e, sobretudo, após a Constituição de 1988 no Brasil, as organizações indígenas vêm crescendo, e o protagonismo indígena passou a caracterizar as políticas indígenas.

A declaração de uma ‘emergência nacional’ no Território do Norte da Austrália em 21 de junho de 2007, por parte do então Primeiro Ministro australiano, John Howard, e o Ministro de Assuntos Indígenas, Mal Brough, em relação a alegações de abuso sexual de crianças indígenas no NT, foi seguida por medidas sem precedentes na política indigenista australiana, mencionadas acima, em que o governo assumiu controle direto sobre as comunidades indígenas, passando por cima da autoridade tanto do governo do Território do Norte como das organizações comunitárias locais, na justificativa de impor um ambiente saudável e seguro para as crianças indígenas.

Entre os antropólogos que levantaram críticas veementes à Intervenção Federal no NT nas vidas de



mais de 40.000 indígenas, Jon Altman e Melinda Hinkson (2007) da Australian National University (ANU) organizaram uma coleção de ensaios, em resposta, escritos por lideranças indígenas e acadêmicos. Estes ensaios apresentam críticas a esta Intervenção draconiana das perspectivas de direitos humanos, políticas de saúde e combate ao alcoolismo, reformas do sistema de previdência social e de direitos territoriais, representação indígena e reconciliação, e o reconhecimento de diversidade cultural. Os artigos compartilham um consenso de que qualquer intervenção governamental só poderia ter resultados positivos se envolve os objetivos e as aspirações dos povos indígenas, concedendo-lhes o poder de estar envolvidos diretamente no processo de enfrentar problemas sociais e projetar futuros sustentáveis para suas comunidades.

Afirma Hinkson que as medidas restritivas para impor controle por parte do Estado “constituem uma intervenção governamental sem precedentes em política indigenista nos últimos quarenta anos” (2007, p.1). Altman assinala que “Este plano radical que visa à transformação de sociedades organizadas em princípios de parentesco em sociedades organizadas em torno do mercado é baseado em noções altamente questionáveis [...]” (ALTMAN, 2007, p. 307). Os ensaios sugerem que os objetivos reais do governo federal sejam de aproveitar deste relatório sobre o abuso sexual de crianças indígenas para impor políticas de integração acelerada aos povos indígenas, em tentativas de forçar os indígenas a entrar na economia capitalista de mercado.

Merlan (2010) assinala que houve muitas reações à Intervenção de 2007, e ressalta duas reações diametralmente opostas relativas ao status do abuso sexual de crianças como sua força motriz. Uma perspectiva argumentada é de que a questão do abuso sexual de crianças foi um uso oportunista de um assunto delicado. Alguns autores alegaram que fosse um pretexto usado pelo governo federal para recuperar o controle sobre territórios e comunidades indígenas, enquanto outros, de forma mais geral, argumentaram que foi uma acusação motivada por interesses políticos. Entretanto, acrescenta Merlan, estas interpretações da Intervenção que buscavam pretextos ocultos, tendiam a ignorar a ênfase dada no Relatório que o abuso sexual de crianças havia sido subestimado. Um segundo tipo de reação tomava a perspectiva de que a Intervenção estava dirigida para um problema real, embora muitos que aderiam a esta visão duvidassem quanto à eficácia da maneira em que foi efetivada. Merlan também ressalta que aqueles autores que aceitaram a existência de problemas graves que exigem atenção também demonstravam uma consciência da complexidade dos problemas humanos envolvidos e as limitações de qualquer tipo de ‘intervenção’ em resolvê-los.

Outra publicação recente que teve uma forte repercussão entre os antropólogos que trabalham com povos indígenas na Austrália é a coleção de ensaios altamente polêmicos do antropólogo-linguista Sutton (2009), da Universidade de Melbourne, intitulada *The Politics of Suffering: Indigenous Australia and the end of the liberal consensus*^{vii}, desdobramento de um artigo do mesmo autor publicado oito anos antes (SUTTON, 2001). Neste livro Sutton anuncia que está rompendo o silêncio de alguns colegas antropólogos que, junto com a esquerda política desde os anos



de 1970, vêm apoiando o movimento que visa à descolonização de povos indígenas da Austrália. Este autor baseia seus argumentos em experiência pessoal de pesquisa de campo nos anos 1970 junto ao povo Wik de Aurukun, na Península do Cabo York no norte do estado de Queensland, e sua participação posterior em projetos comunitários assistenciais, além de haver agido como pesquisador principal no processo de reivindicação territorial do povo Wik. Sutton afirma sua defesa de intervenções governamentais sob o pretexto de que é impossível para o antropólogo permanecer em silêncio frente a situações trágicas em que se encontram muitas comunidades indígenas. Vale ressaltar que o povo com quem Sutton realizou pesquisa não se encontra no Território do Norte, objeto da Intervenção Federal de 2007.

Esse mesmo autor acrescenta que medidas foram necessárias para salvar estas comunidades de “*descent into dysfunction*” [“entrarem em uma situação de colapso total”] (SUTTON, 2009, p. 3). Ele inicia seu livro afirmando que após uma visita no ano de 2000 para participar do enterro de duas amigas indígenas, observou que Aurukun,

“passou de uma comunidade que antes era viável e vibrante, como eu a havia conhecido, para uma zona de tragédias. Os níveis de conflito violento, de estupro, de assalto a crianças e idosos e de negligência haviam aumentado de forma alarmante depois do acesso regular à bebida alcoólica a partir de 1985.” (SUTTON, 2009, p. 1)

O citado autor dirige críticas a colegas antropólogos por haverem permanecido em silêncio. Procura, também, elementos da vida tradicional indígena que possam explicar a situação atual de violência, e apresenta uma defesa da intervenção governamental.

O livro de Sutton provocou críticas por parte de alguns antropólogos e reforçou ainda mais uma divisão entre aqueles antropólogos e lideranças indígenas que discordam fortemente com a Intervenção Federal de 2007, outros que, junto com Sutton, simpatizam com a Intervenção como medida necessária para mudar as condições trágicas em que se encontram algumas comunidades indígenas, e outros etnólogos que estão de acordo com alguma forma de intervenção governamental, mas criticam fortemente a maneira em que o governo federal tem agido em 2007. Povinelli comenta que o livro “*The Politics of Suffering*” foi escrito com intenção de provocar uma resposta acalorada e de chamar a atenção da mídia” (POVINELLI, 2010, p. 18).

Para contextualizar a Intervenção Federal de 2007 na história da política indigenista governamental na Austrália dos últimos 50 anos, cabe mencionar que em 1962 a legislação federal concedeu o direito de voto aos povos indígenas nas eleições federais, e em 1967, um plebiscito realizado pelo governo federal resultou no reconhecimento de plena cidadania dos povos indígenas da Austrália e ilhéus do Estreito de Torres (os dois grandes agrupamentos indígenas do continente australiano) (BECKETT, 1988). No início dos anos 1970, houve um movimento em prol do reconhecimento de direitos territoriais indígenas no Território do Norte associado ao governo trabalhista (*Australian Labour Party* ALP) do então



Primeiro Ministro Gough Whitlam. A legislação federal, que veio a ser implantada durante o governo seguinte, foi o *Aboriginal Land Rights (Northern Territory) Act* 1976. Esta legislação criou mecanismos para os povos indígenas iniciarem reivindicações territoriais baseadas em ocupação tradicional das terras no NT. Frente à impossibilidade de povos colonizados alcançarem uma plena autonomia, logo se passou a falar em “autogerenciamento indígena” dentro da estrutura do Estado nacional australiano. Em 1992, o Supremo Tribunal da Austrália deliberou a decisão de Mabo, que anulou o conceito jurídico de *terra nullius*, e reconheceu, pela primeira vez na história colonial da Austrália, a posse tradicional indígena da terra. Em 1999, o Parlamento australiano aprovou a Ata de Reconciliação, que reconheceu a história de maltrato institucional aos povos indígenas do país.

A partir do final dos anos 1960 e nos anos 1970, vários políticos da esquerda junto com antropólogos ativistas apoiaram este movimento que surgiu dentro da onda de descolonização que se assolou pelo mundo. Os povos indígenas da Austrália passaram a ter acesso ao *Welfare State* [Estado de Bem-estar Social] com direitos a salário de desemprego e assistência social, acesso livre ao consumo de bebidas alcoólicas, e políticas que visavam à sua autonomia. Entre a década de 1970 e 2000 algumas sociedades indígenas na Austrália responderam a estas medidas com uma crescente consolidação da sua autonomia, entretanto, outras comunidades indígenas experimentaram um crescimento nas taxas de alcoolismo, homicídio, abuso de substâncias tóxicas, violência doméstica e sexual contra mulheres, crianças e idosos, o que Sutton chama “*social dysfunction*” [colapso social].

Em 2000, Sutton desabafou, em uma reunião de antropólogos na Austrália, contra alguns antropólogos que apoiavam o movimento que visava à descolonização dos povos indígenas e passou a defender intervenções governamentais sob o pretexto de não ser possível permanecer calado frente à situação trágica, exigindo medidas para salvar estas comunidades indígenas do colapso social.

Sutton afirma ainda que “Aurukun não foi única, na sua experiência, de uma comunidade a entrar numa situação de colapso total [*“dysfunction”*] em décadas recentes” (2009, p. 3). O autor afirma que ao voltar da comunidade de Aurukun em 2000, após um ano sem se envolver em questões políticas internas às comunidades, respeitando a autonomia indígena, a situação trágica conduziu-o a abandonar de defender o argumento que os não indígenas não deveriam interferir em questões de rápido e recente colapso social. Acrescenta o autor que em 2000 ele sentiu a necessidade de falar a respeito do fracasso maciço de políticas indigenistas governamentais das últimas décadas.

Sutton conclui seu livro discutindo a Reconciliação burocratizada entre australianos indígenas e não indígenas e pergunta se não tem aumentado a racialização da sociedade australiana, “quando constatada uma taxa majoritária de casamentos entre aborígenes e não aborígenes (71,5% em 2006)” (2009, p. 212).

Apesar das falhas apontadas, Sutton baseia seu argumento em sua longa experiência como antropólogo e indigenista politicamente engajado,



e apresenta um desafio importante ao falar sobre as situações de crise em que se encontram muitas comunidades indígenas, questionando o papel do antropólogo em tais situações. Entretanto, muitos dos problemas levantados são abordados em pesquisas de colegas antropólogos, o que Sutton omite mencionar.

Apesar das suas críticas dirigidas aos antropólogos, o referido autor oferece poucas recomendações para a política indigenista, o que se esperava de um antropólogo politicamente engajado como ele mesmo se identifica. Ao criticar veementemente políticas indigenistas que visam promover a autodeterminação e reconhecendo os fracassos de políticas indigenistas autoritárias do passado, Sutton apresenta uma perspectiva pessimista e defende estratégias intervencionistas pouco diferentes das políticas paternalistas do passado colonial. Ao exagerar a influência de aspectos internos da cultura indígena para explicar o colapso social, argumentos favorecidos pelos setores anti-indígenas na Austrália, e polarizar entre a busca de explicações culturais e a afirmação de explicações simplistas do fracasso de políticas indigenistas, o autor não dá conta da complexidade do contato interétnico. Após de criar muita expectativa no início desta obra que ele iria enfrentar questões trágicas de uma forma profunda, o autor deixa o leitor decepcionado com suas próprias conclusões parciais e mal formuladas.

Entre vários antropólogos que comentam a Intervenção Federal de 2007, Peterson (2010) assinala que o silêncio de muitos antropólogos a respeito da violência em comunidades indígenas pode ser explicado, além da complexidade das questões e a enorme diversidade regional na Austrália, pelo fato que a formulação de políticas de intervenção social eficazes para lidar com os problemas sociais atuais em regiões isoladas do continente exige que se ultrapassem os limites do papel normal do Estado em intervir na vida privada. Segundo este autor, exige-se a elaboração de políticas que infrinjam na vida particular e que transformem as práticas cotidianas, os valores e as crenças, entrando em um espaço sócio-jurídico e comportamental incontrolável que está protegido por cidadania e outros direitos, o que dificulta a promoção de mudanças no que é entendido como cultura. Peterson argumenta que, para formular políticas eficazes de intervenção social na vida de indígenas em comunidades indígenas isoladas na Austrália, exige-se a tomada de medidas que vão além do papel normal do Estado na vida dos seus cidadãos, pois, segundo este autor, algumas mudanças nos aspectos culturais dos indígenas são necessárias.

Considerações finais

O exame destes exemplos de trabalhos de antropólogos revela como as situações de intervenção social que envolvem as relações sociais entre o Estado nacional e os povos indígenas podem resultar em uma divisão de opiniões de antropólogos, conduzindo-os a reavaliar suas orientações teóricas frente a novos desafios. Como cidadãos de Estados nacionais (KAPFERER, 1989) encontram-se imersos em uma complexa configuração de lealdades nacionais, imperiais, regionais e étnicas que permeiam as suas perspectivas.

Um passo importante, tanto no Brasil quanto no Canadá e na Austrália em situação de intervenção



social, é que o antropólogo se esforce para dar espaço às vozes indígenas, superar as limitações da sua própria perspectiva, visando atuações práticas e textos colaborativos e participativos que incorporam relações dialógicas entre os indígenas e os outros atores sociais, e em que as opiniões variadas dos indígenas sejam levadas em consideração como tendo a mesma relevância das do antropólogo e dos outros atores sociais em situações complexas de contato interétnico.

Austin-Broos (2010) focaliza a questão de diferença cultural e desigualdade ao abordar povos indígenas nas regiões mais isoladas do Norte e Centro do continente australiano, e discute a política do debate a respeito dessas comunidades indígenas isoladas. A autora explora os motivos porque tanto os governos conservadores quanto os da esquerda política fracassaram em suas políticas indigenistas para as comunidades isoladas, e argumenta que enquanto os indigenistas e pesquisadores não levarem em consideração tanto a questão de diferenças culturais como a das desigualdades, não haverá redução do enorme divisor que separa as condições de vida dessas comunidades indígenas do restante da população australiana. Austin-Broos faz um panorama das opiniões contraditórias dos indigenistas a respeito dessas comunidades indígenas, e as décadas de políticas indigenistas e pesquisas que falharam em compreender a situação. A autora propõe que deverá haver, por parte do governo australiano, tanto um reconhecimento de direitos territoriais indígenas como a criação de oportunidades de emprego para reverter à situação desesperadora em que se encontram essas comunidades indígenas.

Quanto aos limites da Antropologia em influenciar as decisões do Estado nacional, Hinkson (2010) afirma que a mídia e o governo continuarão a selecionar os trechos de opinião antropológica – junto com diversos tipos de comentário – que servem para respaldar suas próprias agendas. A capacidade de análise antropológica a influenciar discurso público dependerá, em parte, da capacidade do antropólogo de encontrar novas maneiras de comunicar os resultados das suas pesquisas. Dialeticamente isso dependerá do interesse da sociedade mais ampla em ouvir o que os antropólogos têm a dizer. Em última análise, dependerá de uma reconfiguração do lugar de pesquisa acadêmica na esfera pública.

Os casos discutidos acima revelam respostas diversas, às vezes conflitivas, de antropólogos frente a esses desafios. A situação atual de expansão capitalista sem precedentes por todo o mundo e a redução de recursos concedidos por governos para programas sociais, criou um novo cenário para os povos indígenas, que se encontram cada vez mais em situações em que têm de negociar diretamente e em termos desmedidamente desiguais com gigantescos consórcios de empresas que operam em seus territórios. Cabe ao antropólogo comprometido com os direitos dos povos indígenas acompanhar esses diversos processos de intervenção em uma antropologia politicamente engajada para analisar e lançar luz sobre estratégias para enfrentar os novos desafios.



Bibliografia

ALTMAN, Jon; HINKSON, Melinda. *Coercive Reconciliation: stabilize, normalize, exit Aboriginal Australia*. Melbourne: Arena Publications, 2007.

AUSTIN-BROOS, Diane. Quarantining violence: how anthropology does it. In: ALTMAN, Jon; HINKSON, Melinda. *Culture Crisis: Anthropology and politics in Aboriginal Australia*. Sydney: UNSW Press, 2010, p. 136-149.

BAINES, Stephen G. O Território dos Waimiri-Atroari e o Indigenismo Empresarial. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, HUCITEC/ANPOCS, 1993, p. 219-243.

BAINES, Stephen G. Primeiras impressões sobre a etnologia indígena na Austrália. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; RUBEN, G. R. (orgs.) *Estilos de Antropologia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

BAINES, Stephen G. Etnologia indígena no Canadá: primeiras impressões, Brasília: DAN/UnB, Série antropologia 197, 1996.

BAINES, Stephen G. Organizações Indígenas e legislações indigenistas no Brasil, na Austrália e no Canadá. *Arquivos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v.61, n.2, 2003, p.115-128, abr/jun.

BAINES, Stephen G. Antropologia do desenvolvimento e a questão das sociedades indígenas. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 8, volume 15(2), 2004, p.29-46.

BECKETT, Jeremy. Aboriginality, Citizenship and Nation State. *Aborigines and the State in Australia: Social Analysis* n°.24, 1988, p.3-18.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico* (Biblioteca Tempo Universidade; n° 83). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

DYCK, Noel. "Telling it like it is": some dilemmas of fourth world ethnography and advocacy. In: DYCK, N.; WALDRAM, J.B., (orgs.) 1993 - *Anthropology, Public Policy and native Peoples in Canada*. Montreal & Kingston, London, Buffalo: McGill-Queen's University Press. Capítulo 8, 1993, p. 192-212.



DYCK, Noel; WALDRAM, James B., (orgs.). *Anthropology, Public Policy and native Peoples in Canada*. Montreal & Kingston, London, Buffalo: McGill-Queen's University Press, 1993.

GALLOIS, Dominique. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In : RICARDO, Fany. (Org.) *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições territoriais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

HINKSON, Melinda. Introduction: Anthropology and the culture wars. In: ALTMAN, J.; HINKSON, M., *Culture Crisis: Anthropology and Politics in Aboriginal Australia*, UNSW Press, Sydney, 2010, p.1-13.

KAPFERER, Bruce. Nationalist Ideology and a Comparative Anthropology. *Ethnos*, 54 (3-4), 1989, p.161-199.

LUCIANO, Gersem. J. dos S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1), 2006.

MERLAN, Francesca. Child Sexual Abuse: The Intervention Trigger. In: HINKSON, M.; ALTMAN, J. (eds.) *Culture in Crisis: Anthropology and Politics in Aboriginal Australia*, UNSW Press, Sydney, 2010, p.116-135.

NORTHERN TERRITORY BOARD OF INQUIRY INTO THE PROTECTION OF ABORIGINAL CHILDREN FROM SEXUAL ABUSE, *Ampe Akelyernemane Meke Mekarle 'Little Children are Sacred'*, Report of the Northern Territory Board of Inquiry into the Protection of Aboriginal Children from Sexual Abuse, Darwin, Northern Territory Government, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: OLIVEIRA, J. P. de (org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 1998, p.269-295.

OLIVEIRA, João Pacheco de; IGLESIAS, Marcelo. P. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. In: LIMA, A. C. de S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.) *Estado e Povos Indígenas: bases para uma nova política indigenista II*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, p.41-68.

PAINE, Robert. (ed.) *Advocacy and Anthropology, First Encounters*. St. John's: Institute of Social and Economic Research, Memorial University of Newfoundland, 1985.



PEIRANO, Mariza G. S. *The Anthropology of Anthropology: the Brazilian case*, (Doctoral Thesis, Harvard University, 1981), *Série Antropologia*, Nº 110, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1991.

PETERSON, Nicolas. Other peoples lives: Secular assimilation, culture and ungovernability. In: ALTMAN, J.; HINKSON, M., *Culture Crisis: Anthropology and Politics in Aboriginal Australia*, UNSW Press, Sydney, 2010, p. 248-258.

POVINELLI, Elizabeth. A. Indigenist politics in late liberalism. In: ALTMAN, J.; HINKMAN, M., *Culture Crisis: Anthropology and Politics in Aboriginal Australia*, UNSW Press, Sydney, 2010, p.17-30.

RAMOS, Alcida Rita. 1990. Ethnology Brazilian Style. *Cultural Anthropology*, 5(4), p.452-472.

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

RITTER, David. *The Native Title Market*. Crawley, Western Australia: University of Western Australia Press, 2009.

SUTTON, Peter. The politics of suffering: Indigenous policy in Australia since the 1970s. *Anthropological Forum*, Vol. 11, No. 2, p. 125-172, 2001.

SUTTON, Peter. *The Politics of Suffering: Indigenous Australia and the end of the liberal consensus*. Carleton, Victoria: Melbourne University Press, 2009.

TEÓFILO DA SILVA, Crísthian. *Cativando Maira: a sobrevivência avá-canoeiro no alto rio Tocantins*. São Paulo: Annablume, 2005

WALDRAM, James B., 1993. Some limits to advocacy anthropology in the native Canadian context. In: DYCK, N.; WALDRAM, J.B., (orgs.) 1993 - *Anthropology, Public Policy and native Peoples in Canada*. Montreal & Kingston, London, Buffalo: McGill-Queen's University Press. Capítulo 12, p.293-310.



Politiques indigénistes au Brésil, au Canada et en Australie : les défis de la pratique anthropologique dans divers contextes nationaux

Stephen Grant Baines

Cet article examine certains des défis rencontrés par l'ethnologie autochtone au Brésil, au Canada et en Australie au cours des dernières décennies, en mettant l'accent sur les situations où se produit le contact interethnique entre peuples autochtones et États nationaux et dans lesquelles l'anthropologue intervient au moyen de recherches politiquement engagées. La représentation des peuples autochtones dans les trois pays s'est renforcée depuis la consolidation des mouvements politiques autochtones à partir des années 1970, au moment où les grandes sociétés minières, forestières, d'élevages, agro-industrielles et hydroélectriques convoitaient les ressources naturelles sur les territoires autochtones. L'anthropologue travaille dans des contextes fortement politisés en collaboration avec des agents sociaux des communautés autochtones et de la société nationale, tant du gouvernement que des entreprises actives sur les territoires autochtones. Un des rôles joués par l'anthropologue consiste à interpréter les situations complexes d'interventions gouvernementales et de l'indigénisme entrepreneurial en analysant et en contextualisant les différentes opinions des intervenants sociaux qui y prennent part.

Mots clés : anthropologie, politiques indigénistes, Brésil, Canada, Australie, contextes nationaux

Anthropology and Indigenist Policies in Brazil, Canada, and Australia: The Challenges to Anthropological Practice in Different National Contexts

Stephen Grant Baines

This article examines some of the challenges faced by social anthropology with Indigenous peoples in Brazil, in Canada and in Australia, in recent decades, focusing on situations of interethnic contact between Indigenous peoples and national States where the intervention of anthropologists takes place through politically engaged research. In all three countries, Indigenous political protagonism has become stronger since the consolidation of Indigenous political movements from the 1970s, at the same time in which giant mining companies, hydroelectric construction companies, timber, agricultural industries and cattle raising projects increasingly covet the natural resources on Indigenous Lands. The anthropologist Works in highly politicized situations in which s/he interacts with social agents both Indigenous and from the national society, both from the government and from companies which operate on Indigenous Lands. One of the roles played by the anthropologist is to interpret the complex situations of government and entrepreneurial indigenist interventions, analysing and contextualising the various opinions of the social agents who are involved.

Keywords: anthropology, indigenist policies, Brazil, Canada, Australia, national contexts



Las políticas indigenistas en Brasil, Canadá y Australia : Desafíos de la práctica antropológica en diversos contextos nacionales

Stephen Grant Baines

Este artículo examina algunos de los desafíos que enfrenta la etnología indígena en Brasil, Canadá y Australia en las últimas décadas, y se centra en situaciones de contacto interétnico entre los pueblos indígenas y los Estados nacionales, donde se produce la intervención antropológica a través de la investigación políticamente comprometida. En los tres países, la actuación política indígena se fortaleció a partir de la consolidación de los movimientos políticos indígenas de la década de 1970, mientras que las grandes empresas mineras, de construcción hidroeléctrica, empresas de explotación forestal, agroindustria y ganadería codician los recursos naturales en los territorios indígenas. El antropólogo trabaja en situaciones muy politizadas en que interactúa con los agentes sociales indígenas y con los agentes de la sociedad nacional, tanto del gobierno como de las empresas que operan en los territorios indígenas. Una de las funciones desempeñadas por el antropólogo es interpretar situaciones complejas de intervención gubernamental y de indigenismo empresarial, en que el antropólogo analiza y contextualiza los diferentes puntos de vista de los otros actores sociales.

Palabras clave : antropología, políticas indigenistas, Brasil, Canadá, Australia, contextos nacionales

Antropologia e Políticas Indigenistas no Brasil, no Canadá e na Austrália: os desafios à prática antropológica em diversos contextos nacionais

Stephen Grant Baines

Este trabalho examina alguns dos desafios enfrentados pela etnologia indígena no Brasil, no Canadá e na Austrália, nas últimas décadas, focalizando situações de contato interétnico entre povos indígenas e Estados nacionais onde a intervenção do antropólogo ocorre por meio de pesquisas politicamente engajadas. Em todos os três países o protagonismo indígena fortaleceu-se desde a consolidação dos movimentos políticos indígenas a partir da década de 1970, ao mesmo tempo em que grandes empresas mineradoras, construtoras de hidrelétricas, madeireiras, agroindustriais e pecuárias cobiçam os recursos naturais em territórios indígenas. O antropólogo trabalha em situações altamente politizadas em que interage com agentes sociais indígenas e da sociedade nacional, tanto do governo quanto das empresas que atuam nos territórios indígenas. Um dos papéis desempenhado pelo antropólogo é de interpretar as situações complexas de intervenções governamentais e de indigenismo empresarial, analisando e contextualizando as opiniões diversas dos agentes sociais envolvidos.

Palavras-chaves : antropologia, políticas indigenistas, Brasil, Canadá, Austrália, contextos nacionais



Nota bio-bibliográfica

Stephen Grant Baines, PhD in Social Anthropology (Universidade de Brasília, 1988), is Associate Professor of the Department of Anthropology (DAN) of the Universidade de Brasília (UnB), and Researcher category 1A at the Brazilian National Council of Scientific and Technological Development (CNPq). He has undertaken research with the Waimiri-Atroari in the Amazon, with the Macushi and Wapishana Indigenous peoples on the Brazil-Guyana border, and with Indigenous people in prisons in Boa Vista, Roraima, Brazil. He has carried out sabbatical research on social anthropology with Indigenous people in Canada and Australia (2009-2010) and has coordinated a comparative research project on social anthropology with Indigenous peoples in Brazil, Canada and Australia since 1992. He lectures and supervises graduate and undergraduate students in the Anthropology Department and in the Research Center and Graduate Program on the Americas (CEPPAC) of the UnB. He is member of the Brazilian Anthropological Association ABA since 1986. He is founder and coordinator of the “Laboratory and Study Group in Interethnic Relations” (LAGERI/DAN/UnB) since 1997. Author of articles in national and international peer-reviewed journals and book chapters, he has published: “É a Funai que sabe” a frente de atração Waimiri-Atroari (Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT, Belém, PA, 1991). He has also co-authored several books and book chapters.

E-mail: stephen@unb.br



Notas

i. Comunicação elaborada para apresentação no Grupo de Trabalho (GT 55): “Política Interétnica Indígena em Perspectiva Comparada”, organizado por Cristhian Teófilo da Silva e Martin Hébert, na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 02 a 05 de julho de 2012, São Paulo, Brasil. Meus agradecimentos aos coordenadores pelo aceite deste trabalho.

ii. Seguimos Gallois (2004, p. 39) ao afirmar que “a diferença entre ‘terra’ e ‘território’ remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de ‘Terra Indígena’ diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de ‘território’ remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”. O conceito jurídico de “Terra Indígena” se refere ao processo de regularização pelo Estado dos territórios dos povos indígenas no Brasil.

iii. Ratificado pelo Brasil em 2002, mas ainda não ratificado pelo Canadá e nem pela Austrália.

iv. Que os governos do Canadá e da Austrália se recusaram a ratificar inicialmente, mas que a Austrália acabou ratificando em 2009 e o Canadá em 2010.

v. Usamos a noção de Indigenismo não apenas para descrever a política que visa incorporar os povos indígenas no Estado nacional, mas na acepção de Ramos “para incluir o vasto domínio do imaginário popular e erudito compartilhado pela população nacional, em que se inserem as múltiplas faces do índio” (RAMOS, 1998, p .6).

vi. O Território do Norte da Austrália tem uma superfície de mais de 1,349,129 km², sendo a terceira maior divisão federal da Austrália. Com uma população de 229,675 habitantes, é a divisão federal com menos população entre os oito estados e territórios principais da Austrália.

vii. A Política do Sofrimento: Austrália e o fim do consenso liberal.